

**DISPUTA NO TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA
SOBRE O PLANEJAMENTO DO PARQUE TECNOLÓGICO
DE VITÓRIA NO JORNAL A GAZETA**

Máyra Belem Tavares de Brito¹
Rafael Paes Henriques²

RESUMO

Este estudo buscou fazer uma análise inicial sobre como o projeto do Parque Tecnológico de Vitória foi acompanhado e noticiado pelo jornal *A Gazeta*, num período relativamente recente, com o objetivo de investigar os discursos dos atores envolvidos na implantação do Parque, num momento específico, bem como os seus desdobramentos. Para isso, foram levantadas publicações de janeiro de 2016 a setembro de 2019, quando ocorreram a mobilização e a votação para definir a modalidade de uso, se misto ou exclusivo, do território dedicado ao Parque no Plano Diretor Urbano (PDU). A Análise Crítica do Discurso foi aplicada em dois textos selecionados, sob a ótica de Fairclough (2001), como instrumento teórico-metodológico, contemplando proposições descritivas do corpus, quanto ao gênero e formato, indicando que o tema pode ter sido subnoticiado, considerando a relevância da pauta para a cidade e para o estado do Espírito Santo, mediante a necessidade de incentivar a criação de alternativas para o desenvolvimento econômico por meio da ciência, da inovação e da tecnologia. Pela análise inicial, os debates políticos e econômicos qualificados não foram priorizados, dando espaço aos embates e disputas que indicam possíveis intenções e interesses envoltos em relações de poder socialmente estabelecidas.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; *A Gazeta* (Jornal); Parque Tecnológico de Vitória; Análise Crítica do Discurso.

**DISPUTE IN THE TERRITORY: A DISCURSIVE ANALYSIS
ABOUT TECHNOLOGY PARK PLANNING
FROM VITÓRIA IN THE NEWSPAPER *THE GAZETA***

ABSTRACT

This study sought to make an initial analysis on how the project of the Parque Tecnológico de Vitória was monitored and reported by the newspaper *A Gazeta*, in a relatively recent period, with the objective of analyzing the speeches of the actors involved in the implantation of the Park, at a specific time, as well as its consequences. To this end, publications were raised from January 2016 to September 2019, when the mobilization and voting took place to define the modality of use, whether mixed or exclusive, of the territory dedicated to the Park in the Urban Master Plan (PDU). The Critical Discourse Analysis was applied in two selected texts, from the perspective of Fairclough (2001), as a theoretical and methodological instrument, contemplating descriptive proposals of the corpus, regarding gender and format, indicating that the theme may have been underreported, considering the relevance of the agenda for the

¹ Mestranda em Comunicação e Territorialidades pela UFES.

² Doutor em Filosofia pela UFRJ e Pós-Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA. É professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da UFES.

city and the state of Espírito Santo, through the need to encourage the creation of alternatives for economic development through science, innovation and technology. According to the initial analysis, qualified political and economic debates were not prioritized, giving rise to the clashes and disputes that indicate possible intentions and interests involved in socially established power relations.

KEYWORDS: Journalism; A Gazeta (Newspaper); Technological Park of Vitória; Critical Discourse Analysis.

INTRODUÇÃO

Estudar um território, que envolve uma população em determinado contexto, é uma entre tantas possibilidades de compreender o percurso de uma sociedade envolta em disputas. Nesse sentido, os meios de comunicação também são objetos importantes dessa reflexão e a maneira como se constroem as narrativas revelam muitas questões passíveis de análise. Como afirma Sack, “a territorialidade é sempre construída socialmente (...) forma o pano de fundo para relações espaciais humanas e concepções de espaço e indica que as relações espaciais humanas não são neutras” (SACK, 2013, p.87).

Este artigo tem como cenário o projeto do Parque Tecnológico de Vitória³ o qual foi idealizado na década de 1990. Entretanto, transcorridos quase 30 anos desde então e, apesar da definição da área⁴, conhecida como Zona do Parque Tecnológico (ZPT) pelo Plano Diretor Urbano (PDU) de 2018 e da destinação de recursos encaminhados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTI) para a construção da infraestrutura física inicial, o município não conseguiu concretizar a sua instalação.

No processo de votação do PDU 2018, a família proprietária de parte do terreno solicitou que o uso da área se mantivesse na modalidade mista, conforme Lei vigente na época, pois poderia viabilizar o empreendimento imobiliário mais rapidamente, se, em

³ A pauta é discutida por pesquisadores, universidades e empreendedores que defendem a ideia de que a cidade precisa criar alternativas para dinamizar sua economia ainda extrativista, *commoditizada* e dependente das grandes empresas e, também, por representantes públicos, que vêm demonstrando atuação pouco consistente na formulação de uma política para, efetivamente, garantir o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia na capital capixaba e no estado.

⁴ A área definida para o Parque possui aproximadamente 332 mil m², sendo constituída por partes cedidas pela União, Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) e, ainda, por uma parte de propriedade privada, que seria usada no Parque, em função de contrapartidas negociadas entre seus donos e o poder público municipal, em anos anteriores.

meio a empresas de tecnologia, fosse permitida, também, a construção de unidades residenciais. Isso anteciparia a obtenção de retorno financeiro, diferentemente do que ocorreria, se tivessem de esperar o desenvolvimento e maturação do Parque, o que dura, em média, vinte anos.

O que se viu na ocasião foi um retrocesso nas ações, em defesa do uso exclusivo do terreno para o Parque, então alinhadas pela Prefeitura Municipal de Vitória, muito esforçadamente, com todas as instituições envolvidas. Tal situação culminou, em 2018, na aprovação do uso misto da área, na última fase de votação do PDU, pelos vereadores de Vitória, decisão vetada pelo prefeito, que por sua vez, teve o veto derrubado, em seguida, pela Câmara Municipal.

Ao atuarmos, diretamente, na equipe do Projeto de Implantação do Parque Tecnológico, durante um ano e meio, no âmbito da então Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV), empresa pública que pertence ao município de Vitória, pudemos nos aproximar do contexto e acompanhar como a imprensa local realizou a cobertura do embate em relação ao uso do território do Parque, sobretudo no momento da sensibilização para a votação do Plano Diretor Urbano, ocorrida em 2017 e 2018.

A pergunta que conduz as reflexões iniciais dessa pesquisa é: como o *Jornal A Gazeta* fez a cobertura sobre o Parque Tecnológico de Vitória, no período em que ocorreram as votações do PDU, nos anos de 2017 e 2019, e que relações de poder perpassam os discursos nesse espaço, durante a mobilização pelo uso da área destinada ao Parque? A hipótese é que esses territórios de construção de sentido da mídia⁵ tenham servido para reiterar uma disputa que pode reforçar interesses políticos e econômicos, sem contribuições efetivas para incentivar um projeto que poderia mudar o futuro da capital capixaba.

O corpus, nessa fase da pesquisa, são as publicações feitas pelo *Jornal A Gazeta*, num período mais recente, entre janeiro de 2017 a setembro de 2019, quando ocorreu a

⁵ Com a expressão “territórios de sentido da mídia”, pretendemos traçar um paralelo entre uma disputa material sobre uma área concreta da cidade e, seu inerente embate no campo simbólico, no qual os meios de comunicação realizam, não somente uma ação de representação, como se fossem apenas lugar de mediação entre diversos segmentos e interesses sociais, mas, antes disso, operam como verdadeiros dispositivos de organização social. Conforme defende Fausto Neto (2008), “sua existência [a mídia] não se constitui fenômeno auxiliar, na medida em que as práticas sociais, os processos interacionais e a própria organização social, se fazem tomando como referência o modo de existência desta cultura, suas lógicas e suas operações” (FAUSTO NETO, 2008, p.92).

mobilização para as votações do Plano Diretor Urbano. A pesquisa, portanto, tem como objetivo principal, analisar os discursos sobre o Parque Tecnológico presentes no Jornal *A Gazeta*, no período citado. Os objetivos específicos são: a) observar como o jornal em questão, de circulação diária em Vitória, retratou o tema do parque tecnológico, durante o processo de votação do PDU; b) caracterizar os discursos de atores de segmentos sociais-chave que defendem pontos de vista quanto ao tipo de uso (exclusivo ou misto) da área destinada ao parque tecnológico.

Este artigo é parte de uma pesquisa mais extensa, que poderá contribuir para o ecossistema de ciência, tecnologia e inovação do Espírito Santo, por ser um estudo pioneiro nessa área, embora o projeto do Parque esteja há anos na pauta dos governos municipal, estadual e federal. Para o jornalismo, a nossa contribuição será uma reflexão sobre o espaço dedicado e o papel que os jornais vêm cumprindo, diante da pauta de Ciência e Tecnologia, e, sobretudo, a ausência de análises mais aprofundadas que contribuam para o desenvolvimento de um projeto que pode trazer mudanças econômicas, culturais e sociais significativas ao estado do Espírito Santo.

Como aporte conceitual, os autores Rafestin (1993), Sack (2013), Haesbaert (2005, 2006) e Saquet (2011) serão fundamentais para a construção das reflexões sobre os conceitos de território e territorialidade, atrelados ao tema do Parque Tecnológico, bem como Charaudeau (2015), Foucault (1970), Bourdieu (2002), Fairclough (2002), Van Dijk (2017), Traquina (2005) para discutir conceitos associados ao discurso e às disputas de poder no território do jornalismo.

PODER, TERRITORIALIDADES E MÍDIA

O campo em que se situa a problemática desta pesquisa se configura como um território de poder, estando as questões a ele relacionadas, circunscritas no âmbito das ações humanas, e por isso mesmo, envoltas de intenções e sentidos e, conseqüentemente, imersas em relações de tensões e disputas marcadas pelo atual contexto histórico e social.

Esse entendimento ancora-se no postulado de Foucault (1979, p. 175), por meio do qual, o poder é difuso e, invariavelmente, exercido nas diversas relações sociais não residindo, efetivamente, em lugar nenhum: seja o estado, a polícia, a política, a mídia,

ou qualquer outro lugar no qual normalmente se procura localizá-lo. “[...] o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação [...] o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força”. Esta pesquisa sobre o jornal *A Gazeta* aponta para alguns indícios e marcas dessas questões que, quase nunca, estão explicitamente reveladas, daí a importância de se estudar os discursos, como sugeriu Fairclough (2001).

Essa é a concepção de poder que orienta a pesquisa, a qual se fundamenta, ainda, nos conceitos de território e territorialidades. Enraizados na Geografia, tais conceitos são abordados na perspectiva de outras áreas do conhecimento, conforme explicita Haesbaert (2005, 2006). Nesta investigação, vamos nos apropriar do conceito de território, na tentativa de compreender, por um lado, a disputa política por uma área na zona Norte de Vitória, no sentido concreto do termo, mas também, e ao mesmo tempo, com o objetivo de descrever a dimensão simbólica de território, que inclui a interpretação dos diversos sentidos das cidades e dos sujeitos que nela circulam. O território, diferentemente do espaço, é a produção a partir desse espaço e pressupõe um local de relações, tal como afirma Saquet (2011). É nesse sentido que tomamos como pressuposto desta pesquisa a noção de que a área destinada ao Parque Tecnológico de Vitória é mais do que um simples espaço, constituindo-se em verdadeiro território:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca (HAESBAERT, 2004, p. 1-2).

Da mesma forma, entendemos que a compreensão de territorialidade nos ajuda a compreender a querela sobre o terreno para além das questões unicamente políticas de disputas entre as iniciativas pública e privada. O território é a porção do espaço geográfico apropriada socialmente, já a territorialidade é o conjunto de relações estabelecidas pela sociedade. Na comparação com a ideia de território, Haesbaert (2006), por exemplo, define territorialidades como um processo ainda mais flexível, de apropriação simbólica, carregado das marcas do vivido, do valor do uso, constituindo-se no espaço-tempo vivido, que é múltiplo, diverso e complexo. Na mesma direção, em

Sack (1986), a territorialidade não se restringe ao conceito de estados-nação, mas é uma estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas por meio de um domínio da área, ocorrendo em vários graus e em inúmeros contextos sociais, sendo “[...] uma expressão geográfica primária do poder social. Ela é um meio pelo qual o espaço e o tempo estão interrelacionados” (SACK, 1986, p. 6^o *apud* REIS; ZANETTI, 2017, p. 12).

Nesta pesquisa, o eixo central é a disputa discursiva em relação à modalidade de ocupação e uso da área destinado à instalação do Parque Tecnológico de Vitória, ocorrida de janeiro de 2017 a setembro de 2019, quando ocorreram as sensibilização e desdobramentos em torno do tema no Plano Diretor Urbano. Essa não é a primeira disputa relacionada ao empreendimento, cuja história remonta aos anos 1990 e desvela o próprio modo como governos, iniciativa privada e outros setores da sociedade, tais como instituições e agências de fomento à pesquisa, lidam com temáticas emergentes.

Todas essas relações, de alguma forma, traduzem o conceito de territorialidade, o qual, conforme assevera Raffestin (1993), está relacionado à interdependência entre o mundo, os seres vivos, articulados a um coletivo. Para o autor, a territorialidade “reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p. 158). A territorialidade poder ser conceituada como “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (*Ibidem*, p. 160), difere-a da territorialidade animal, observando, ainda, que ela é “dinâmica”, pois os elementos que a constituem são sujeitos à variação no tempo, entre outras contingências.

O uso e a apropriação do espaço promovem os processos de territorialização, os quais podem ser notados na disputa que se instaurou sobre a modalidade de emprego do terreno destinado ao Parque Tecnológico, promovida entre os atores nela envolvidos. Defendemos a ideia de que as correlações híbridas sobre o conceito de território, explicitado acima, podem ser concebidas a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, desde o poder mais material das relações econômico-políticas ao poder simbólico das relações (HAESBAERT, 2006).

⁶ SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

Nesta investigação, mais especificamente, o coletivo é formado por atores dos setores público e privado, universidades, instituições de classe e agências financiadoras. Assim, território e territorialidade são conceitos importantes para a compreensão da emaranhada rede de relações de poder que marca o período de quase 30 anos, transcorridos desde a idealização do Parque Tecnológico e, mais especificamente, a mobilização que ocorreu nos anos recentes e foi revelada pelo Jornal em estudo.

No universo da territorialidade, o Parque Tecnológico de Vitória é um imbróglgio na história da capital capixaba. As particularidades das situações presentes no percurso para sua instalação, como pode ser identificado nas edições dos jornais, corroboram uma análise que permeia questões de ordens política, social e econômica, que acabaram impactando fortemente o futuro da cidade e de sua população, sobretudo no momento recente, em que o tema é incessantemente discutido em nível mundial, mas aqui, por força de lei, definiu os rumos desse território para a próxima década.

Nesse contexto, a cobertura jornalística, como um campo complexo nos estudos da comunicação, constitui um espaço de práticas discursivas, por colocar à tona as disputas de valores, interesses políticos e econômicos da sociedade. Esse campo atravessa lutas heterogêneas, estabelecendo e revelando inúmeras relações de poder nesses territórios. Em nossa pesquisa, a mídia impressa local é palco, há quase três décadas, de um fato que ilustra bem essas questões.

A mídia, enquanto dispositivo por onde circulam sentidos e significados sobre o mundo em que vivemos, é capaz de influenciar as percepções, por meio de enquadramentos, da argumentação dos discursos, dos recursos audiovisuais que empregam, entre outros fatores, e, mais do que isso, podem incentivar e estimular as nossas ações individuais e coletivas, o que reforça a sua força e poder de visibilização de consensos e dissensos.

Com essa última afirmação, não se quer simplesmente desprezar o contexto de recepção dessas mensagens, no qual as pessoas também se apropriam dos meios para a continuidade circulatória, ou os algoritmos de seleção de conteúdo em sobreposição, e outras problematizações, entre as quais a do próprio ser humano em si com suas peculiaridades de ser ou não afetado (de acordo com seu repertório idiossincrático, suas crenças, formação acadêmica, experiência de vida, etc.). Tampouco queremos dar um

protagonismo à mídia, na perspectiva de que ela possa provocar uma recepção uniforme e inerte, como nos estudos clássicos dos meios de comunicação de massa.

Mesmo que não se queira, ingênua e anacronicamente, atribuir todo o poder aos jornais, e demais veículos, e que reconheçamos que o processo de significação obedece mais a uma lógica de uma dupla-afetação (afetar e ser afetado) entre sistemas e usuários, pretendemos destacar que, na cultura midiática, na qual estamos inseridos atualmente, as formas de enunciação obedecem a contingências dos dispositivos: “[...] são organizados e dinamizados processos que reformulam as condições de enunciar a realidade, esta não mais como um fenômeno representável pela linguagem, mas que se constitui no próprio agenciamento enunciativo dos novos modelos de interação” (FAUSTO NETO, 2008, p. 94).

Nesse sentido, é preciso entender que esse complexo processo de produção de sentido realiza uma inegável ação de interpretação da realidade em que vivemos, desde uma emaranhada teia de convocações, filiações e incitamentos. Foucault (1969) afirma que essas forças não são superficiais ou visíveis, por isso a importância de revelar o que está por trás, ou seja, oculto num contexto social.

A noção de campo, defendida por Bourdieu (2002), também contribui para analisarmos a cobertura jornalística por ela ser compreendida como um território simbólico favorável ao exercício do poder, considerado numa rede de relações e, com efeito, um poder invisível, com a cumplicidade de quem não quer saber que o exerce ou mesmo tem consciência que está sujeito a ele. A produção simbólica, segundo ele, atende aos interesses das classes dominantes.

Segundo Traquina (2005), o jornalismo cumpre o papel de informar os acontecimentos para a sociedade, mas, nessa operação, contribui para reafirmar disputas econômicas e de poder na sociedade, que sempre manifestou o interesse em se manter em dia sobre o que acontece. E nesse sentido, “os jornalistas são participantes ativos na definição e na construção das notícias, e por consequência na construção da realidade” (TRAQUINA, 2005, p. 26).

Nesse contexto, essa pesquisa busca pensar também sobre a importância de analisar o discurso jornalístico, uma vez que esse está envolto em outras questões, além das regras do uso da língua e, portanto, ele não é a língua, como defende Charaudeau

(2015). Brandão (1995, p.7), afirma que “a língua é um fato social, cuja existência se funda na necessidade de comunicação”. Parte dessas constatações, a justificativa para utilizarmos nesta pesquisa, a Análise Crítica do Discurso (ACD) do jornalismo, a partir de seus respectivos contextos, posto que o discurso está envolto em questões que estão muito além da sua compreensão basilar.

Segundo Fairclough (2005), que defende uma teoria sobre a ACD, vemos a vida social como uma rede interconectada de práticas sociais de diversos tipos, sejam elas econômicas, políticas, culturais, cotidianas, entre outras. E os atores sociais posicionados, diferentemente, veem e representam a vida social de modo distinto com discursos distintos (FAIRCLOUGH, 2005, p. 310), portanto, relevantes de serem analisados. Outro importante autor dessa linha, Van Dijk (2017), que contribui para as nossas reflexões, afirma que a ACD é um tipo de investigação que estuda o abuso do poder social e como esses são produzidos e resistidos no contexto social e político.

Para Foucault (1969), não existe nenhum enunciado livre, independente e neutro, pois ele sempre faz parte de um conjunto ou série e desempenha um papel em relação aos outros. Sempre se integra em um jogo enunciativo, onde tem a sua participação, mesmo que seja considerada irrelevante. Desse modo, o discurso aparece como um bem (finito, limitado, desejável e útil) possuidor de regras e condições de apropriação e de utilização. E, desde a sua existência, é posta a questão do poder, que, por natureza, é objeto de luta política. Nesse sentido, aquele extrapola a questão da representação do mundo somente, para ganhar a dimensão da significação do mundo que é construído e constituído em significado.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de natureza descritiva, segundo Gil (2008), visto que procura descrever as principais características de um determinado fenômeno. Os procedimentos técnicos desta investigação são a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, na qual, para esta pesquisa, utilizamos o jornal local *A Gazeta*.

A partir da identificação do período a ser pesquisado, de janeiro de 2017 a setembro de 2019, realizamos a busca pelas palavras-chave “PDU” e “Tecnológico” em

um software⁷ que faz levantamentos de dados via *web scraping*, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Discurso (Grudi) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes). Foram encontradas mais de 900 matérias na busca geral pelas palavras selecionadas, com identificação de publicações relacionadas ao assunto pesquisado.

A coleta do material realizada no jornal *A Gazeta* nos anos de 2017 a 2019 gerou a identificação e seleção de 105 textos publicados com as palavras “PDU”, sendo que 16 estão relacionadas ao Parque Tecnológico e 889 com a palavra “Tecnológico”, sendo que 36 estão relacionadas a essa pauta.

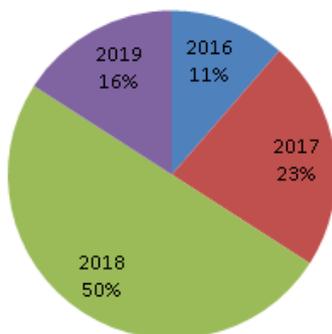
Os conteúdos encontrados no software de buscas foram selecionados e organizados em colunas, numa planilha do Excel, com tópicos previamente definidos e disposição em ordem cronológica (como a data da publicação, título da matéria e frequência de textos relacionados ao tema de cada ano), a fim de facilitar as análises.

CORPUS DA ANÁLISE

Somando-se as quantidades de textos com as duas palavras-chave selecionadas, foram encontradas 52 matérias distribuídas da seguinte forma: 11% em 2016, 23% em 2017, 50% em 2018 (ano da votação da pauta no PDU) e 16% em 2019, representadas no gráfico a seguir, sendo que a maioria delas encontra-se na editoria “Cidades”, representando 75% das publicações.

⁷ O software foi desenvolvido em Python, pelo grupo de pesquisas, mas ainda não possui um nome próprio.

Gráfico 1. Distribuição dos textos 2016 a 2019 a partir dos dados coletados no Jornal *A Gazeta*



Fonte: Elaborado pelos autores

Essa distribuição indica que, entre os anos pesquisados, 2018 foi o ano em que mais se publicou material jornalístico sobre o Parque Tecnológico, quando a pauta ganhou visibilidade, durante o período de discussão do PDU. Esse ano representou a metade de tudo o que foi publicado, se comparado aos três demais anos, sendo dois anos antes e um ano após a votação na Câmara Municipal.

A mobilização, em prol do uso exclusivo da Zona do Parque Tecnológico, pelos atores e instituições representadas, começou em janeiro de 2017, por meio de eventos e participação nas reuniões do PDU, sobretudo no Bairro Goiabeiras. O ano de 2018 foi decisivo para a definição dessa pauta no Plano Diretor Urbano, quando os vereadores votaram contra o uso exclusivo no mês de março, por 9 votos a 5, coincidindo com o período em que houve os maiores percentuais de matérias identificadas na pesquisa.

As informações sobre os textos encontrados no corpus foram organizadas de acordo com os gêneros jornalísticos. No gênero *Informativo*, as publicações são compostas por notícias e reportagens, enquanto no gênero *Opinativo*, por artigos. Interessante notar que, no gênero opinativo, o único formato é o artigo. Não houve editorial no período. Na análise dos dados, encontramos os seguintes resultados, relacionados aos gêneros e formatos jornalísticos:

Tabela 1. Gênero dos textos de 2016 a 2019 publicados em *A Gazeta*

Gêneros	Formatos	2016	2017	2018	2019
Informativo	Notícia	3	1	1	1
	Reportagem	2	3	13	4
Opinativo	Artigo	0	6	8	2

Fonte: Elaborado pelos autores.

Essa classificação segue as definições de Marques de Melo (MELO apud SEIXAS, 2009), que defende a existência de cinco gêneros jornalísticos, sendo informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário, embora haja predominância dos dois primeiros nos textos brasileiros. Para Seixas, “a primeira separação de informativos e opinativos segue dois critérios: a intencionalidade determinante dos relatos e a natureza estrutural dos relatos observáveis” (2009, p. 59), embora no Brasil interpretação e opinião sejam consideradas similares, segundo ela.

Em nossa pesquisa, a separação fica clara, conforme essa definição, pois as características dos textos são distintas e apontam intenções específicas. Os artigos apontam posições, justificativas e defesas a favor do Parque. As notícias trazem elementos no padrão da escrita jornalística, informações adicionais, gráficos, tabelas, citação direta e indireta dos falantes, mas não são, explicitamente, interpretativos.

ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO DE A GAZETA

A Análise Crítica do Discurso (ACD) dedica-se a observar as questões sociais e as dinâmicas de poder, considerando a relação entre a sociedade e o discurso enquanto ação social, que é capaz de criar, divulgar significados e crenças ideológicas, bem como produzir e transformar as relações que permeiam a sociedade em todas as suas esferas.

A teoria surgiu no final dos anos de 1980, a partir das contribuições de Norman Fairclough, Ruth Wodak e Teun van Dijk, que se tornaram referências importantes para

as linhas de análise de discurso. O quadro teórico é da ACD indicado para o uso na pesquisa científica social, especificamente, no estudo da mudança social.

Nesta pesquisa, a Análise Crítica do Discurso tem como referência o conceito de Fairclough (2001), que defende o discurso como um modo de ação, por meio da representação e a relação dialética entre estrutura social concreta e discurso, que são compreendidas como uma prática social por meio da construção discursiva. Em suas palavras, “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (*Ibidem*, p. 91).

Para isso, Fairclough (2001) propõe um quadro tridimensional, que contempla a análise textual, a prática discursiva e a prática social para analisar os discursos. Segundo ele, existem três aspectos dos efeitos construtivos do discurso, a saber: a) a contribuição para a construção da identidade social e as posições dos sujeitos; b) as suas relações sociais; c) seus sistemas de conhecimento e crença.

O texto analisado abaixo foi publicado em 2018 e foi escolhido por ser um ano decisivo na votação do PDU, que até então, por força de Lei, definiu os rumos do território do Parque como ocupação mista. O texto é de uma data anterior à votação, período em que ocorreu o ápice dos acontecimentos e seus embates. A análise do texto baseia-se na proposição feita por Fairclough (2001), que é composto pelos seguintes elementos em seu “método”: Vocabulário, Gramática, Coesão e Estrutura Textual.

TEXTO 01 – GRUPO DADALTO: “VENDA DE IMÓVEIS PODE ESPERAR PDU DE 2028”

A entrevista “Venda de imóveis pode esperar PDU de 2028”, foi publicada no dia 20 de março de 2018, na semana anterior à votação do PDU pelos vereadores. O representante da família Dadalto se posiciona sobre a situação financeira favorável dos negócios da família, o que não os apressa a comercializar os lotes que são de propriedade privada e compõem parte da zona do Parque Tecnológico, de acordo com o PDU.



Figura 1: Entrevista/Notícia



Fonte: Print do site do jornal *A Gazeta*.

O texto foi extraído da editoria Grande Vitória. O enfoque está em apresentar a situação dos negócios da família perante a questão da área em disputa, no momento anterior à votação do PDU, que ocorreu em março de 2018. A matéria apresenta o ponto de vista do representante da Família, Leonardo Dadalto, sobre todo o contexto do terreno, defendendo os interesses privados e atacando os empresários, como podemos confirmar no trecho:

‘A nossa situação mudou. Não estamos mais enforcados’. Em decorrência disso, garante que sua família não tem urgência em vender a área localizada na Região de Goiabeiras, inserida no perímetro do Parque Tecnológico, hoje avaliada em R\$132,5 milhões. ‘Os 34 lotes já estão à venda por R\$ 2,5 mil o m². Se ninguém comprar, vamos esperar o PDU de 2028’, assinala (FERNANDES, 2018).

O primeiro elemento de análise proposto por Fairclough (2001), a análise textual, refere-se à maneira ou ordem que os elementos ou episódios são organizados para constituir o texto. No elemento de análise da Estrutura Social, da teoria de Fairclough, especificamente no tópico de *controle interacional*, há a presença de dois falantes, sendo o jornalista e o entrevistado Leonardo Dadalto. Acima do título da matéria, em fonte menor, aparece a palavra “entrevista”, mas a redação do texto não contempla esse formato no jornalismo, ou seja, não está dividida entre perguntas e respostas. - é praticamente um texto corrido, separado por subtítulos. O texto inicia com um tom jornalístico, por falas indiretas, mas na sequência a fala é assumida exclusivamente em primeira pessoa, sem a participação do jornalista, na condução dos demais parágrafos.

Ainda no tópico de *controle interacional*, não há uma simetria no grau de controle entre os participantes, como Fairclough (2001) sugere analisar. O texto é composto apenas por um ponto de vista, por um falante, o empresário que representa o Grupo Dadalto. O *controle de tópicos* não se aplica nesse caso, uma vez que não existem participantes que possam apresentar a mesma autonomia para sugerir tópicos ou desenvolver uma conversa, um diálogo. O texto apresenta os subtítulos “história”, “problemas”, “áreas”, “comercialização”, “denúncia” para subdividir os assuntos principais, citando apenas no início do texto, que o projeto da prefeitura é favorável ao uso exclusivo do terreno e conta com o apoio do setor de tecnologia.

No tópico *determinação e policiamento de agendas*, ainda no elemento da estrutura textual, as agendas do texto estão em torno de apresentar a mudança na situação financeira dos negócios da família, que segundo eles, naquele momento, era bastante equilibrada, o que não os apressaria a vender os terrenos com preço abaixo do que valem. Esse ponto foi enfatizado algumas vezes ao longo do texto como em “já saímos da dificuldade e não tenho mais urgência em vender a área”. Apresentam ainda o valor do imóvel, avaliado em R\$132,5 milhões e o preço de venda dos 34 lotes que estão disponíveis. Leonardo se posiciona em relação à manutenção da decisão de 2012, quando o loteamento foi aprovado pela prefeitura. Defende a modalidade de uso misto, considerando os 90 parques tecnológicos do Brasil (este número está incorreto, pois o país tem em torno de 26 parques em funcionamento). Leonardo fala sobre uma possível desapropriação anunciada, mas critica a atitude da prefeitura, caso utilize o dinheiro público para indenizar a propriedade para doar o terreno. Também relata que a família fez uma denúncia sobre a situação no Ministério Público.

Para descrever o participante do texto, referindo-se ao tópico *Ethos* da análise, a matéria usa a descrição “empresário” no bigode, legenda e no texto. A característica constitui um tipo de identidade que os posiciona de uma maneira privilegiada na sociedade, pela carga de significação associada ao poder que essa palavra carrega.

A *coesão* é a maneira como as orações e frases são ligadas, estabelecendo relações entre elas, que, por sua vez, permitem que se identifique uma espécie de padrão de racionalidade pressuposto pela argumentação expressa no texto. No elemento de análise da coesão, especificamente no tópico *conectivos e argumentação* da teoria de

Fairclough (2001), os parágrafos são organizados da seguinte forma: os dois primeiros parágrafos dão um panorama sobre o caso, o embate, a discussão na Câmara, informando sobre a votação que aconteceu na semana seguinte. O parágrafo posterior contextualiza a história do terreno, que foi adquirido há 37 anos, os enfrentamentos e os investimentos aportados na área pela família. No parágrafo seguinte, são apresentados os problemas referentes à recuperação judicial e à necessidade da venda do imóvel para equilibrar as contas, alegando que havia oportunistas aguardando que o valor dos lotes abaixassem e, em seguida, fala sobre a mudança na situação financeira dos Dadalto, considerando o crescimento das filiais de suas lojas e da Dacasa Financeira. O parágrafo posterior explana a situação da área total do Parque e das áreas pertencentes à família, a qual corresponde a 53 mil m² e apresenta o que foi proposto, sendo 60% para empresas de tecnologia e 40% para residências. O parágrafo seguinte apresenta os tipos de parques existentes no Brasil e suas características.

O parágrafo com o subtítulo “mudança”, volta a falar da condição favorável da família e o preço da venda dos lotes. O seguinte aponta a comercialização, informando sobre o novo sócio do grupo Dadalto, retoma o tempo em que a família é proprietária do terreno, o valor do imóvel e possíveis previsões de geração de impostos pelas empresas que ocuparão o terreno, o que os garante a condição de pagar os lotes pelo que valem. No parágrafo “desapropriação”, há uma crítica de Leonardo a um possível boato sobre a desapropriação, a disposição da família para brigar até a morte, tendo em vista os investimentos aportados no terreno e ainda sugere outras áreas na cidade em que o Parque poderia ser construído. O último, o mais curto de todos, anuncia que a família encaminhou uma denúncia ao Ministério Público solicitando uma avaliação urgente sobre o caso, uma vez que não vão aceitar que o terreno seja vendido por menos do que ele vale.

Quanto à repetição, as palavras: *pressa*, *urgência*, *família*, *preço* e *venda* são bastante utilizadas no texto. As conjunções apresentadas no texto, bem como as justificativas são as seguintes:

“O projeto da prefeitura, que conta com o apoio do setor de tecnologia, é de uso exclusivo da região para empresas, *mas* uma emenda dos parlamentares, apoiado pelas

lideranças comunitárias, propõe o uso misto (...)”, cumpre o papel de relacionar as orações que apresentam as questões principais do embate.

- Outra conjunção aparece na fala de Leonardo Dadalto em “Na época começamos a prospectar pessoas para comprar os lotes, *mas* ninguém quis comprar”. A conjunção aparece novamente nessa frase, indicando uma posição desfavorável de um dos lados na relação comercial anunciada.
- No trecho “De fato era o último grande ativo da família. Mas a situação foi mudando”, a conjunção demonstra um contraponto em relação à condição anterior.
- O tom do reposicionamento da condição da família no contexto é reafirmada nas frases: “A varejista vai ainda ficar no zero a zero por conta da recuperação judicial, *mas* estes números mostram que tiramos a corda do pescoço”. E mais uma vez o *mas* aparece em “O Parque Tecnológico tem 332 mil m², *mas* a discussão gira em torno da minha família.
- “Para o local, defendo o uso livre da área na forma como o loteamento foi aprovado em 2012, de acordo com a legislação em vigor. Mas já que é inviável politicamente, aceitamos a solução intermediária”. Novamente, aparece a conjunção *mas*, apesar de o ponto final romper, de certa forma, a conexão entre as expressões conjuntivas.
- “Vitória é a única cidade em que a área não é do governo e está sendo enfiada goela abaixo do proprietário, mas esta estratégia tem um problema. Eles precisam do dono para vender os lotes”, a conjunção reforça a desaprovação do empresário, ao mesmo tempo em que mostra que a situação impõe uma condição.
- “Hoje o preço da área é de R\$ 132,5 milhões. Mas a prefeitura disse que estas empresas vão gerar R\$ 600 milhões de impostos, o que significa que vão faturar R\$ 12 bilhões”. Novamente o ponto final compromete a conexão entre as ideias. A conjunção, de alguma forma, assume um tom de crítica e cinismo ao texto.

A conjunção “mas” aparece em mais alguns pontos do texto, com a mesma intenção de fazer oposição e contraste, o que é próprio das conjunções adversativas. Convém observar que outras conjunções não aparecem com a mesma frequência no texto.

O terceiro elemento observado por Fairclough (2001) é a *Gramática*, sendo que a unidade principal deste elemento é a oração ou oração simples. No elemento de análise da Gramática, no tópico *transitividade*, que contempla a análise sobre os verbos, os sujeitos do verbo, a indicação dos verbos (se relação, ação ou passividade) que estão presentes no texto, alguns exemplos foram identificados na tabela a seguir:

Tabela 2: Transitividade na Entrevista/notícia

Oração/verbo	Sujeito do verbo	Indicação do verbo
“Empresário Leonardo Dadalto <i>afirma</i> que empresa não tem pressa em vender a área destinada ao Parque Tecnológico	Empresário	Ação
“O empresário Leonardo Dadalto <i>é</i> taxativo ao se referir a situação das empresas que lidera e compõe o Grupo Dadalto”	Empresário	Ação
“O imóvel da família <i>está</i> no centro de uma aquecida discussão na Câmara...”	O imóvel da família	Passividade
“Minha família <i>comprou</i> aquele terreno há 37 anos.”	Minha família	Ação
“Para o local <i>defendo</i> o uso livre da área”	Eu	Ação
“(...) após um clube de futebol reivindicar a posse da área”	Clube de futebol	Ação
“Lá o proprietário da área <i>era</i> dono de 400 milhões de m ² e doou 1% da área...”	o proprietário	Ação
“Garanto que daqui a dez anos <i>vai</i> estar tudo vazio”	Eu	Relação
“O preço já <i>está</i> posto para quem quiser comprar os lotes....”	O preço	Ação
“ <i>Vou</i> murar tudo e em 2028 a gente resolve”	Eu	Ação
“Se <i>partirem</i> para a desapropriação, nossa família <i>vai</i> brigar até a morte”	Prefeitura Nossa Família	Ação

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ainda nesse mesmo tópico, as vozes ativa ou passiva são encontradas em alguns trechos como: “Vamos esperar o PDU de 2028”, “Minha família comprou aquele terreno..”, “Em 2012 fizemos um projeto de loteamento”, “a instituição financeira (...) conseguiu fechar”, “Vou murar tudo”. E na voz passiva, alguns exemplos são: “A permissão foi dada”, “está sendo enfiada goela abaixo...” As frases contribuem para indicar a maneira pela qual a família tenta assumir o controle e a decisão sobre os rumos do terreno, em contrapartida das frases seguintes, que os colocam numa posição de vitimização, na medida em que eles estão sendo coagidos a fazer o que não estão de acordo.

O último elemento sugerido pelo autor, *Vocabulário*, considera as palavras individuais, subdividindo-se em três tópicos: Significado de palavras (quais são as palavras-chaves que dão significação ao texto? Qual o significado delas no texto?); Criação de palavras (o texto possui itens lexicais novos? Qual o significado deles?) Metáfora (quais estão presentes no texto? Há contraste entre as metáforas usadas no texto quando são usadas em outro lugar?).

No elemento de análise do *Vocabulário*, no tópico *significado das palavras*, as palavras-chave que dão significado ao texto são: “taxativo, enforcados, aquecida, discussão, polêmica, denúncia, permissão, debate, fragilizados, inviável, barato, ganância, revanchismo, depreciação, preço”. As escolhas vocabulares contribuem para indicar as características do discurso, reforçando ainda mais o embate político e econômico que se estabeleceu entre os envolvidos. As palavras traduzem um tom de intriga, ameaça e discórdia, que favorecem a percepção do leitor sobre o conteúdo dos textos. Não há *criação de palavras* apresentada nesse texto. E no tópico *metáforas*, podemos encontrá-las nas seguintes expressões: “tiramos a corda do nosso pescoço”, “enfiada goela abaixo”, “preço de banana”.

TEXTO 2 – NOVO PDU: APROVADO USO MISTO NO PARQUE TECNOLÓGICO

O segundo texto selecionado foi a notícia “Novo PDU: aprovado uso misto no Parque Tecnológico”, publicada no dia 27 de março de 2018, logo após a votação da pauta do Parque Tecnológico pelos vereadores na Câmara Municipal, na última etapa do

processo do Plano Diretor Urbano, quando nove vereadores votaram a favor do uso misto, contra cinco a favor do uso exclusivo.

Figura 2: Notícia sobre aprovação do novo PDU



Fonte: Print do site do jornal *A Gazeta*.

A notícia pertence à editoria “Grande Vitória”; vale ressaltar que praticamente todos os textos pesquisados nesse período estão alocadas em tal espaço do jornal, pelo que é oportuno afirmar que o próprio veículo define o tema dentro de uma abordagem generalista. O enfoque do texto está direcionado para as questões de ordem política e de economia dos envolvidos e seus respectivos interesses, mas não há uma análise mais técnica sobre os impactos e perspectivas do projeto pelo viés da ciência e da tecnologia, por exemplo. Inclusive não há uma editoria específica para esse tema, tampouco jornalistas especializados, uma vez que é possível notar que eles também assinam textos em outras editorias.

No elemento de análise da *estrutura social*, da teoria de Fairclough (2001), especificamente no tópico de *controle interacional*, há a presença de três falantes no texto: o jornalista, o tesoureiro do Sindicato das empresas de Informática (Sindinfo), Emílio Barbosa, que defende o uso exclusivo e Leonardo Dadalto, representante da família proprietária de parte do terreno definido como Zona do Parque Tecnológico pelo PDU, o qual possui posição contrária à do Sindicato. Na matéria também são citadas, indiretamente, a “administração pública” e os “empresários”, e as suas respectivas posições. Os pesos não estão bem distribuídos no texto, considerando que o poder público, a instituição de classe e os empresários compartilham da mesma posição, em detrimento do representante, que é o único que manifesta opinião contrária.

Ainda no tópico de *controle interacional* há uma simetria no grau de controle entre os participantes, uma vez que os dois lados envolvidos na disputa, fizeram as suas colocações e justificativas, embora os defensores do uso exclusivo assumam um tom ameaçador no texto como nos trechos “A gente está transformando Vitória em uma cidade-dormitório” e o outro lado, apresenta um tom mais “diplomático”, como no exemplo “Ele acredita que o momento é de conversa”.

Em relação ao *controle dos tópicos*, no texto, fica clara a posição favorável ao uso exclusivo pela Prefeitura, dos empresários e do Sindicato em oposição ao posicionamento do representante da família Dadalto. O texto apresenta a Prefeitura defendendo o uso exclusivo do Parque, logo no início da matéria, a PMV e os representantes das instituições (Findes, Sindinfo, Sebrae, Ufes, Ifes) chegaram a cogitar, na época, a possibilidade de aceitar a proposta ofertada pela família Dadalto, a qual atendesse aos interesses dos dois lados, como citado na matéria anterior. A Família Dadalto chegou a apresentar um projeto arquitetônico que contemplasse moradias e empresas de tecnologia.

Na sequência, as falas assumem um tom de ameaça quanto ao futuro da cidade, deixando claro o descontentamento dos empresários, como se pode observar nas seguintes falas do tesoureiro Emílio “a cidade corre o risco de sofrer uma debandada por parte dos empresários”; “muitas empresas já estão falando em sair de Vitória”, “a gente está transformando Vitória numa cidade dormitório”.

No tópico *determinação e posicionamento de agenda*, a principal agenda da matéria é o resultado da votação e as respectivas posições dos envolvidos. A escolha deve-se ao fato de ser uma matéria que revela o resultado do processo de disputa, que revelou diversos contrassensos e impasses. E apesar de toda a mobilização e aprovações sobre o uso exclusivo, somente na Câmara a decisão foi contrária, mesmo sob protestos e debates na plenária.

Ao final, no último parágrafo, registra-se a fala do Leonardo Dadalto, que assume um tom de negociação, afirmando que a proposta dele, de encontrar um meio termo para todos os envolvidos, é a melhor alternativa para a situação. “Dadalto (...) afirmou que a proposta vencedora era a ideal para a cidade”. “Ele acredita que o

momento é de conversa” e “Será necessário alguém habilidoso para que seja feita uma negociação (...) para que o Parque aconteça”.

No tópico *ethos* da análise, as características para definir a identidade dos participantes são suas representações sociais, nessa matéria, os representantes do poder público (Prefeitura, de forma indireta) junto com as instituições de classe (Sindinfo), representado pelo tesoureiro, e os empresários da Família Dadalto, representado por Leonardo Dadalto, apresentado como “o dono do terreno”, reiterando a disputa de interesses. Observa-se que outros atores importantes como moradores da região do bairro Goiabeiras, vereadores, possíveis especialistas no tema não foram ouvidos nesse momento.

Chama à atenção a frase: “Já Leonardo Dadalto, *dono do terreno* onde a Prefeitura pretende instalar o Parque...”, pois os proprietários são donos de parte do terreno. A área é formada por terrenos da PMV, SPU, áreas de preservação ambiental e áreas com ocupação irregular. A forma como foi apresentada a frase, dá a sensação de uma atuação invasiva, o que os coloca numa posição que remete à injustiça. Na sequência, Leonardo se mostra favorável a uma negociação, já que esta definição mista, segundo ele, é a mais favorável aos interessados.

No elemento *coesão*, no tópico *conectivos e argumentação*, podemos observar que a matéria é composta por cinco parágrafos, marcando uma abordagem específica em cada um deles, de acordo com a posição dos falantes do texto. Em relação às conjunções, também no tópico *conectivos e argumentação*, podemos observar o seguinte:

- Logo no bigode da matéria, o texto apresenta a expressão “além de” na frase: “A emenda permitindo construções residenciais *além de* empresas de tecnologia passou com nove votos a cinco na Câmara”, demarca o impasse definido pelos vereadores e coloca em evidência a possibilidade de incluir moradias no terreno, sobretudo pela ordem como a informação foi escrita.
- Já a conjunção “ou seja” na frase: “a área destinada para o Parque Tecnológico, na região de Goiabeiras, deverá ser de uso misto, *ou seja*, para empresas e residências”, explica o desdobramento do imbróglio, reafirmando a definição estabelecida na votação, que é justamente o ponto alto do impasse.

O projeto apresentado pela prefeitura previa que a Zona do Parque Tecnológico fosse utilizada para implantação de atividades “não residenciais de inovação tecnológica e economia criativa”. Ou seja, a proposta da administração da capital era a de que o local fosse de uso exclusivo das empresas de tecnologia”. Nesse ponto, a conjunção contribui para expor a posição da prefeitura, embora o PDU anterior já estivesse definido como uso misto do terreno. A sensibilização realizada pela Prefeitura buscava alinhar o discurso com os envolvidos para que as justificativas pelo uso exclusivo ganhasse força, justamente para modificar a Lei. O processo foi favorável em todas as instâncias do PDU e somente perdeu forças ao final, quando o representante da Família Dadalto procurou a prefeitura para tentar negociar, apresentando um projeto que favorecesse os dois lados.

Outra conjunção está no trecho: “A emenda aprovada prevê que, *além de* empresas, no local sejam instaladas também residências, o que não agrada empresários do setor”. A conjunção posiciona, *a priori*, o interesse dos empresários para apresentar a insatisfação deles perante o resultado, pelos impactos que a decisão traz para o projeto do Parque. A ordem como o texto foi apresentado favoreceu essa compreensão. Se o trecho fosse ao contrário, perderia o efeito: “A emenda aprovada prevê que, *além de* residências, no local sejam instaladas também empresas, o que não agrada empresários do setor”.

Para Fairclough (2001) é um equívoco não considerar essas marcações coesivas, que não podem ser percebidas somente como propriedades objetivas dos textos. Esses marcadores precisam ser interpretados pelos analistas como parte do processo de construção de leituras coerentes dos textos. Para ele, a coesão é um fator na coerência.

A Gramática, outro elemento de análise proposto por Fairclough (2001), é formado pelo tópico *transitividade*, que contempla a análise sobre os verbos, os sujeitos do verbo, a indicação dos verbos (se relação, ação ou passividade) e as escolhas de vozes (ativa ou passiva) que estão presentes no texto, os quais foram organizados na tabela a seguir:

Tabela 3: Transitividade em notícia sobre aprovação do novo PDU

Oração/verbo	Sujeito do verbo	Indicação do verbo
A emenda permitindo construções residenciais além de empresas de tecnologia <i>passou</i> com nove votos a cinco na Câmara.	A emenda	Ação
A área destinada para o Parque Tecnológico, na região de Goiabeiras, em Vitória, <i>deverá ser</i> de uso misto (...)	A área	Passividade
<i>Foi</i> o que <i>aprovaram</i> os vereadores de Vitória nesta terça (27).	Vereadores	Ação
A emenda do PDU do município <i>teve</i> nove votos a favor e cinco contrários”	A emenda	Relação
O projeto <i>apresentado</i> pela PMV <i>previa que a ZPT</i> (...)	O projeto	Ação
A emenda aprovada <i>prevê</i> que, além de empresas, no local <i>sejam</i> instaladas também residências, o que não agrada empresários do setor.	Emenda	Relação
Eles já haviam se manifestado contra o uso misto e ameaçado se instalar em outros municípios caso a emenda <i>fosse</i> aprovada.	Empresários	Ação
(...) com o resultado, a cidade <i>corre</i> o risco (...)	A cidade	Passividade
“muitas empresas já <i>estão</i> falando em sair de Vitória..”	Empresas	Ação
Já <i>existia</i> esse temor de que <i>houvesse</i> essa debandada e isso <i>deve acontecer</i> .	Empresários (fala do Emílio Barbosa, tesoureiro)	Ação
Assim como a gente <i>perde</i> empresas para outros Estados, agora vamos perder também para outras cidades na Grande Vitória...”	A gente	Relação
“a gente <i>está</i> transformando Vitória...”	A gente	Ação

Já Leonardo Dadalto, dono do terreno onde a prefeitura pretende instalar o parque, <i>afirmou</i> que a proposta vencedora <i>era</i> a ideal para a cidade”.	Leonardo Dadalto	Ação
“Ele <i>acredita</i> que o momento é de conversa...”	Leonardo Dadalto	Ação

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os verbos utilizados demonstram certo distanciamento perante os fatos, o que é comum no estilo de escrita jornalística de gênero informativo. Como exemplo, podemos citar “onde a prefeitura *pretende* instalar o parque”; “a emenda aprovada *prevê*...”; “muitas empresas já *estão* falando...”, que remetem a impessoalidade em relação ao que está sendo informado, o que geralmente aponta para o lugar de quem narra o fato nos textos jornalísticos.

Ainda no tópico da transitividade, a voz passiva pode ser identificada nas orações: “a área destinada (...) *deverá ser*”, “a votação da minuta *está sendo votada*”, “para que seja feita uma negociação” remetem a sensação de incertezas perante os fatos relacionados à situação do Parque, o que aponta para a própria condição do projeto do Parque que sempre esteve às voltas com indefinições, adiamentos, disputas e lacunas ao longo dos anos.

O tópico *tema* também é um elemento da gramática para analisar os temas presentes nos parágrafos. No primeiro e no segundo parágrafos há a apresentação do panorama geral e a posição da Prefeitura sobre os acontecimentos. No terceiro, apresenta a insatisfação dos empresários e as ameaças em sair da cidade. Em seguida, no quarto parágrafo, registra-se a fala do representante do Sindicato e a matéria é concluída com a posição favorável à negociação pelo representante da família Dadalto ao dizer que “será necessário alguém muito habilidoso para que seja feita uma negociação...” Os temas se destoam, na medida em que são demarcados o impasse e as respectivas manifestações de cada falante e suas percepções sobre o desdobramento dos fatos.

O Vocabulário também é um elemento de análise proposto por Fairclough (2001), que considera as palavras individualmente, o qual se subdivide entre significado de palavra, criação de palavra e metáfora.

As palavras-chave que dão significação ao texto são o uso do verbo “passou” (com nove votos a cinco) “ameaçado”, “debandada”, “perder”, “cidade-dormitório”, “habilidoso”, que contribuem para criar um contexto negativo perante os fatos. Debandada é uma palavra que chama a atenção pelo seu significado, que remete ao caos, ao afastamento desorientado: “Grande desordem; confusão, desorganização”. A escolha por essas palavras reitera a disputa discursiva e de poder presentes na história do Parque, apontando um contexto de ameaça, instabilidade e resistência. Pela análise das vozes presentes no texto, a vantagem de força pende para o lado da Família Dadalto, que sai vitoriosa do embate mais uma vez. O tom da fala do representante Leonardo se transforma, sobretudo, se comparada ao texto analisado antes. Em contrapartida, a voz do tesoureiro verbaliza a frustração e a falta de expectativa diante da definição do cenário.

Na fala do representante Leonardo Dadalto chama à atenção a palavra “habilidoso”, que pressupõe a transferência de responsabilidade para *alguém* (“é necessário alguém muito habilidoso”), que, segundo ele, esteja disposto a assumir uma negociação complicada, considerando o contexto e os interesses adversos, como condição para que o Parque aconteça. A matéria não apresenta itens lexicais novos ou metáforas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Parque Tecnológico de Vitória opera de maneira singular na história da capital capixaba. As particularidades das situações impostas neste percurso, que dura quase 30 anos, corrobora para uma análise que permeia questões de ordem política, social, econômica e comunicacional, que impactam as perspectivas futuras da cidade e dos cidadãos que vivem na cidade, pela disputa de poder e de interesses desalinhados. Nesse sentido, o território simbólico do Jornal *A Gazeta* revela, no processo de votação, os impasses e os imbróglis sobre um território físico, que está envolvido num emaranhado de significados.

Depois de quase quatro anos, no final de 2020, a Prefeitura concluiu a primeira obra no terreno, um edifício de três andares, previsto para sediar o Centro de Inovações

do Parque. Cinco meses após ter sido entregue, nenhuma empresa havia se instalado no prédio, ficando a expectativa de início das atividades para o segundo semestre de 2021.

O contexto abordado por este artigo se configura como um território de poder, por compreender que as questões apresentadas estão inseridas na perspectiva das ações humanas que estão envoltas em intenções e sentidos, ou seja, envolvidos em relações de poder, de tensões e disputas parcialmente reveladas nesse exercício de análise dos textos de *A Gazeta*.

A vida humana está calcada nos contrassensos e desarmonias arraigadas num campo de poder que é revelado pelo controle e pela disputa de um espaço. Rafestin (1993) afirma que o drama da territorialidade está posto, já que ela não é feita somente de relações políticas ou apenas econômicas, mas existem outras forças, que esse estudo pode ter colaborado para trazer luz, a partir da imersão no conteúdo dos textos, que destrincharam conceitos, palavras e expressões, que reiteraram tal questão. Há fortes indícios de que o tema foi subnoticiado, considerando a maneira como foi abordado, limitado ao viés do conflito entre os envolvidos, com destaque concentrado no período da votação (50% da amostra).

Assim, o estudo do qual o presente trabalho representa um recorte faz uma análise inicial sobre como a mídia impressa local contribuiu para reafirmar o cenário, seja por falta de conhecimento sobre a relevância dessa pauta, a ausência de um jornalismo especializado e/ou pela forma como o próprio poder público e a iniciativa privada trataram o tema, deixando evidente a fragilidade das políticas públicas, ao usar os territórios midiáticos, de acordo com as respectivas estratégias discursivas e os interesses políticos e econômicos envolvidos, os quais estiveram calcados na disputa dos respectivos benefícios. A pesquisa revelou a postura da família Dadalto, autora central do embate, que por meio dos seus discursos, deixou clara a disputa de poder, e nos permitiu inferir sua situação privilegiada pela posição social.

Essas questões fazem parte das disputas discursivas sobre temas que são de vital importância para a sociedade, como um parque tecnológico, que poderia ser uma alternativa que apresenta transformações e impactos significativos para o desenvolvimento da cidade e para as pessoas que nela vivem, amparados, inclusive pelos territórios existentes nos veículos de comunicação, que por meio dessa análise

revelou-se restrito à divulgação da posição dos atores e seus descontentamentos. Em vez de entrar no mérito das questões e qualificar o debate, o jornalismo, dito objetivo, transforma-se em jornalismo declaratório: restrita a divulgação da posição dos atores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise de discurso**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraca/article/view/27905/19977>. Acesso em: 10 out. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2012.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso, notícia e ideologia**. Estudos na análise crítica do discurso. Universidade do Minho, Edições Húmus, 2017.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman; MELO, Iran Ferreira de. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'água**, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma «analítica» da midiaticização. **Matrizes**, v. 1, n. 2, p. 89-105, 2008.

FERNANDES, Vilmar. Venda de imóveis pode esperar PDU de 2028. **A Gazeta**, Vitória, 20 mar 2018. Disponível em <<https://www.agazeta.com.br/es/gv/grupo-dadalto-venda-de-imoveis-pode-esperar-pdu-de-2028-0318>>. Acesso em: 20 de jun. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Congresso de Geógrafos da América Latina, 5. São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf>. Acesso em 10 out. 2019.

HAESBAERT, Rogério. Definindo território para entender a desterritorialização. In: **O mito da desterritorialização, do “fim dos territórios” à multiterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

RAFESTIN, Claude. O território e o poder. In: _____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela. Comunicação e territorialidades: Em torno do poder e da cultura. In: _____. (Orgs.). **Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias**. 1. ed. Vitória: EDUFES, 2018.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Lila C.; FERRARI, Maristela. **Territorialidades humanas e redes sociais**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SEIXAS, Lia. **Redefinindo os gêneros jornalísticos**. LabCom Books, Covilhã, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

Recebido em 09 de abril de 2021.

Aprovado em 24 de maio de 2021.